

DORA
KRAMER

E-mail: dora.kramer@estadao.com Twitter: @DoraKramer



Mau jeito

Reforma política é igual a respeito: todo mundo gosta. A questão é como fazer, desenhar muito bem desenhados os interesses que serão contrariados e as demandas a serem atendidas.

A forma inicialmente proposta pela presidente Dilma Rousseff, mediante Assembleia Nacional Constituinte exclusiva se aprovada em plebiscito, veio para confundir.

Dilma lançou a ideia no ar, mas não explicitou a intenção nem detalhou sua posição sobre a metodologia. Pareceu querer tirar do foco a razão principal dos protestos – a exaustão com o misto de indiferen-

ça e incapacidade do Estado de atender adequadamente às necessidades da população – e jogar o debate no campo institucional.

De maneira equivocada porque não há ruptura no regime, o que justifica processos constituintes; de forma irresponsável porque tentou manipular o desejo de participação popular misturado ao sentimento de frustração com a política tal como está sendo exercida. O gesto remeteu à época do mensalão quando o então presidente Lula desviou o centro da discussão para o uso do caixa dois em campanhas eleitorais, no intuito de diluir o prejuízo atribuindo o defeito ao sistema partidário e eleitoral.

O modelo está falido, não há dúvida. Mas, assim como não se inibe o caixa dois com financiamento público e sim com fiscalização e punição, não se faz reforma à margem da Constituição.

Dilma quis dar uma resposta rápida e fez isso da maneira errada

A presidente tem respaldo social e maioria mais que suficiente no Congresso para liderar um processo de mobilização em prol de uma reforma política de verdade, que aprimore a representação e jogue em favor dos representados.

É difícil? Governar é difícil, mas a dificuldade é um dos ônus do cargo. Maioria não serve só para sufocar a oposição, barrar comissões de inquérito e garantir tempo no horário eleitoral.

A tarefa de Executivo e Legislativo é construir ambiente para o entendimento entre si e com a oposição, estabelecer uma pauta a partir de audiências públicas e, se for o caso, consultar a população diretamente mediante plebiscito ou referendo. Mas, à luz da lei vigente. A propósito, muito mais útil no momento para o País é a recuperação do devido respeito à Constituição, repetidamente ignorada tanto pelo Estado quanto pela sociedade.

Assuntos bem mais complicados, como a quebra de monopólios que interessavam muito aos políticos (o das telecomunicações é um exemplo) foram resolvidos sem que se precisasse recorrer a artifícios. Deu trabalho, demorou, mas foi feito.

Nuncas se fez reforma, a política continuou atrasada mesmo depois da democratização porque o assunto estava só nas mãos dos políticos cujos interesses conflitantes levavam qualquer mudança à situação de soma zero. Agora entrou em cena o elemento

novo: a rua, em última análise, o eleitorado que ninguém quer viver de votos pode ignorar sem correr o sério risco de ser ignorado.

Dilma quis dar uma resposta rápida a essa demanda presente nas manifestações e acabou apresentando a solução errada, como se viu pela reação contrária de políticos, juristas e acadêmicos. Mas há duas boas notícias nessa história escrita por linhas bastante incertas.

Uma é que o atraso da política ganhou vulto e o poder público se vê obrigado a dar um jeito. A outra é que as reações à proposta de reforma mediante Constituinte suscitaram a defesa das prerrogativas do Congresso e mostraram que as pessoas sabem diferenciar o papel da instituição para a saúde da República, do papelão que faz parte substantiva de seus integrantes.

Obra feita. Se a vocação do Congresso é ouvir as ruas, como sugere a nova pauta, deveria ter dado ouvidos ao pleito de um milhão e 500 mil pessoas que pediram que Renan Calheiros não fosse eleito presidente do Senado.

O PAÍS NAS RUAS

Rua faz Congresso enterrar a PEC 37

Por 430 votos a 9, Câmara derruba proposta que reduzia poderes do Ministério Público; depois, aprova lei dos royalties do petróleo para a educação

Ricardo Della Coletta
Eduardo Bresciani
Daíene Cardoso | BRASÍLIA

Com as galerias tomadas de promotores e procuradores, a Câmara derrubou por 430 votos a 9 – e duas abstenções – a proposta de emenda constitucional que reduzia o poder de investigação criminal do Ministério Público (a PEC 37). A votação, e em especial o placar, foi uma clara resposta à pressão das ruas ao Congresso. A PEC 37 era uma das matérias em tramitação mais atacadas pelas recentes manifestações nas ruas do País.

O presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), chegou a anunciar que a votação ocorreria no dia 3 de julho, mas foi antecipada para atender ao “clamar das ruas”. Com a pauta do dia cheia de projetos, Alves recorreu a uma manobra regimental para garantir que a PEC 37 fosse apreciada – e derrubada – ainda ontem.

Ao final da sessão ordinária que debatia o projeto que destina os royalties do petróleo para a educação, Henrique Alves interrompeu a discussão e convocou uma sessão extraordinária para discutir exclusivamente a PEC 37. Assim ele evitou o risco de a votação dos royalties avançar madrugada adentro e a PEC 37 fosse prejudicada por falta de quórum.

Para tentar um acordo no tex-



Festa. No plenário da Câmara, deputados comemoram a votação que derrubou o projeto que reduzia os poderes do MP

to da PEC 37, foi constituído um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Justiça, com a participação de deputados, delegados e procuradores. Mas não houve consenso. Ao começar a sessão sobre a PEC, Alves disse que a Casa trabalhou por um acordo entre as duas corporações – polícia e Ministério Público. “O povo brasileiro, que quer cada vez mais o combate à corrupção e à impunidade, gostaria de ver o MP e os delega-

dos unidos”, declarou. “Demos um prazo até ontem (*anteontem*) para que na noite de hoje não tivesse nem vencedores nem vencidos.”

Pressão. Parlamentares admitiram que a pressão popular foi fundamental para derrubar a PEC. “Isso não aconteceria sem as ruas”, avaliou Walter Feldman (PSDB-SP), para quem, sem a voz das ruas, ao menos 70% dos deputados apoiariam o projeto.

A aprovação tornou-se possível graças a um acordo entre os partidos para votar, mais adiante, projetos que regulamentam os procedimentos de investigação do MP. “(O presidente Henrique Alves), escutando as ruas, resolveu trazer a pauta à votação mesmo sabendo que o processo não vai se encerrar”, disse o líder peemedebista Eduardo Cunha (RJ).

O autor da PEC 37, deputado Lourival Mendes (PT do

B-MA), foi vaiado pelos manifestantes nas galerias ao subir à tribuna para defender o projeto. “Não é a PEC da impunidade”, afirmou o maranhense. “Lamentavelmente a PEC foi rotulada de algo que nada tem a ver com o seu objetivo.”

Royalties. Na madrugada, por volta de 0h40, o plenário aprovou por aclamação o projeto que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e

Mensaleiro e autor de ‘cura gay’ a favor

Os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), condenado pelo Supremo no processo do mensalão, e João Campos (PSDB-GO), autor do projeto apelidado de “Cura Gay”, votaram a favor da PEC 37. Os outros deputados que aprovaram a proposta são: Abelardo Lupion (DEM-PR), Mendonça Prado (DEM-SE), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), Eliene Lima (PSD-MT), João Lyra (PSD-AL), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Lourival Mendes (PT do B-MA). Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) se abstiveram. Também condenados no mensalão, José Genoíno (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP) votaram contra a PEC. / EDUARDO BRESCIANI

25% para a saúde. A decisão é uma derrota para o Planalto, que originalmente desejava carimbar o dinheiro apenas para a educação e só incluía os contratos futuros e de rendimentos do Fundo Social, criado no marco regulatório do pré-sal. O líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou que não há compromisso em sancionar o projeto da forma como foi aprovado. A proposta será ainda analisada pelo Senado.

‘Câmara ouviu reivindicação da sociedade’, diz procurador-geral

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, disse que a Câmara ouviu as ruas. “Do ponto de vista democrático, a Câmara verdadeiramente ouviu a reivindicação da sociedade brasileira e preservou seu importante instrumento de defesa. É um dia histórico, de afirmação de uma vocação do povo brasileiro pelo fim da impunidade e do efetivo combate à corrupção.”

Para Elias Rosa, “o Ministério Público não sai vitorioso porque conserva aquilo que já tem”. “Quem sai vitoriosa é a sociedade, a cidadania. A Câmara deu hoje (*ontem*) inegável exemplo de prática democrática e desejo de fortalecer a cidadania. Os parlamentares estão de parabéns.”

Foi longa a batalha de Elias

Rosa. Desde o primeiro dia de seu mandato, em abril de 2012, ele liderou a frente contra a PEC 37, que ocupou boa parte de sua pauta. Na primeira semana no cargo de chefe do maior e mais importante Ministério Público estadual do País, ele se encontrou com o então presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS) e com o vice-presidente da República, Michel Temer. “Iniciava ali a campanha de conscientização dos riscos que a emenda oferecia ao País”, assinala.

O procurador-geral de Justiça disse não temer represálias a partir de investidas similares no âmbito do Legislativo. “O Congresso sabe o papel que deve desempenhar. A Câmara demonstrou que há sintonia entre o que a sociedade espera e o que

Ministério Público realiza. Era crescente a conscientização da população.”

Elias Rosa enalteceu a atuação da bancada paulista na luta contra a emenda.

Delegados. Para Marcos Leônico Sousa Ribeiro, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, “ficou muito claro que o Congresso usou a PEC 37 como boi de piranha”.

• Voz das ruas
“Do ponto de vista democrático, a Câmara verdadeiramente ouviu a reivindicação da sociedade. É um dia histórico”
Márcio Elias Rosa

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE SP

“A PEC 37 está morta. O Congresso escolheu a rejeição da emenda como uma forma de dizer que o Parlamento está preocupado com as demandas postas nas manifestações populares e assim tenta fugir das discussões sobre temas mais importantes para o País.”

Líder da frente pela PEC 37, Leônico avalia que o Congresso “quis utilizar a rejeição da PEC como argumento de compromisso no enfrentamento da corrupção e da impunidade”. “Os delegados federais entendem que o País não ficou mais honesto por causa da derrota da PEC 37. Os parlamentares que até ontem tinham vida pública questionável não se tornaram honestos ao votar contra a PEC. O Ministério Público não conseguiu inventar a vacina da honestidade. Votar contra a PEC não torna ninguém mais probo ou menor a impunidade no País.”

Ele disse que “o MP deve regulamentar seus limites de atuação em projeto de lei sem apelo e demagogia”. / FAUSTO MACEDO

Petistas fazem desabafo contra Dilma em reunião

Erich Decat
Débora Bergamasco | BRASÍLIA

Uma reunião de integrantes do PT serviu de palco, ontem, para críticas contra a presidente Dilma Rousseff. “Podemos dizer que não houve elogios”, resumiu um integrante da bancada do partido ouvido pelo **Estado**.

O encontro, realizado em Brasília, foi comandado pelo presidente da legenda, Rui Falcão, e teve na plateia os membros da bancada do partido na Câmara.

Entre as queixas externadas estava a atuação de Dilma na área econômica considerada por alguns como conservadora.

“O ponto em questão é que vemos desoneração para todo lado para as empresas, o que gera uma concentração de renda. O certo era ampliar, por exemplo, a tabela de isenção do Im-

posto de Renda, é aí que está o trabalhador”, disse um petista sob condição de anonimato.

Houve cobranças para que Dilma melhora a interlocução com o PT. Rui Falcão só soube na véspera sobre o anúncio que a presidente faria na abertura da reunião com governadores e prefeitos, na segunda-feira.

Num clima de “desabafo”, petistas entoaram o “Volta, Lula” em 2014. Do lado de fora da reunião, os parlamentares desviaram o foco das críticas dizendo que todos apoiam as medidas anunciadas por Dilma.

O líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE), informou que o partido irá brigar no Congresso pela votação de projetos de taxação de grandes fortunas, bandeira histórica abandonada pelo PT, para financiar investimentos em transportes.